

# **DOIS TEMAS DE SEGURANÇA: A LÍNGUA E O MAR**

**ADRIANO MOREIRA**

Presidente do Instituto de Altos Estudos  
da Academia das Ciências de Lisboa  
Presidente do Conselho Geral  
da Universidade Técnica de Lisboa

## 1 – A Língua

Subitamente, a questão da língua tornou-se uma componente do complexo problema da globalização, o que não impede que seja envolvida em detalhes de menor dimensão.

Em primeiro lugar ganhou evidência a relação do tema com a crise das soberanias, incluindo o alcance e vigor actual do conceito estratégico de poderes que dominaram extensas regiões do mundo. Na espécie de anarquia da ordem internacional, em que vivemos, o apelo à salvaguarda do património imaterial da humanidade, no qual o nosso património da CPLP se destaca, mobiliza-nos pela exigência de merecermos o futuro.

O contexto em que vivemos reserva memória histórica dessa passada situação, em que as potências europeias da frente marítima atlântica detinham, em regime de conflitualidade interna, a supremacia da governança mundial, agora mais

ligada à imagem que vai enfraquecendo dos EUA. Do sul ao norte desse continente americano, o português, o espanhol, o inglês, e modestamente o francês, definiram fronteiras geográficas onde cresceram identidades nacionais, que conservam ligações, de importância variável, com as metrópoles originárias da acção colonizadora. De qualquer modo, e sem poder ignorar-se a diversidade de governos que ali levaram às independências, o nativismo ganhou em muitas partes um vigor alimentado pela ânsia de os sobreviventes nativos dos massacres coloniais reencontrarem as suas raízes específicas, mas o facto não eliminou, com mínimas excepções, o predomínio estruturante da língua implantada pelos colonizadores: no caso da língua, que não é neutra, que transporta valores, destaca-se o facto de no nosso caso transportar valores diferenciados das várias latitudes em que se implantou, o que lhe confere uma função valiosa na urgente política de harmonização das áreas culturais.

Nessas regiões, como viria a acontecer na África negra do último impulso imperial europeu, a língua foi um componente fundamental do tecido unificador da pluralidade étnica e cultural dos grupos inscritos nas respectivas sociedades civis. Esta função, tão relacionada com a estratégia do poder político colonial dominante, teve uma singular demonstração de importância no facto de os EUA,

instituindo o poder nas Filipinas, terem, em meio século, conseguido que o inglês suplantasse o espanhol das descobertas e evangelização.

Neste caso, a globalização dava os primeiros sinais de que a relação entre a projecção imperial, quer com forma jurídica específica, quer com a forma difusa da hegemonia, e a projecção da língua do poder dominante, não perdia actualidade e vigor.

Quando, nesta entrada do terceiro milénio, a língua inglesa assume um papel dominante em todos os domínios do complexo globalismo, na ciência, na economia, na estratégia e segurança, na diplomacia, nas instâncias internacionais, nos meios de comunicação social, um dos factos relevantes é que a sede da hegemonia política circulou da Inglaterra para os EUA, no âmbito linguístico de uma estrutura em relação à qual Churchill suspeitou que a Inglaterra e os EUA eram países separados pela mesma língua, mas a realista Madame Thatcher recomendou manter a solidariedade anglo-saxónica acima do tema da mudança respectiva na hierarquia das potências salvaguardando o seu complexo património imaterial comum. Em toda esta evolução o francês foi perdendo a função que lhe pertenceu na temática da balança de poderes europeus.

Estas referências têm relação inteira com a problemática da língua portuguesa, e aconselham uma leitura apegada aos factos, designadamente aos factos da mudança da conjuntura mundial. Recentemente, um investigador, com responsabilidades na Universidade da ONU, e justamente por isso, pareceu-nos inquietante quando concluiu e anunciou que “na maior parte dos casos, chamar a um país “irmão” revela paternalismo ou anacronismo. No caso do Brasil, chamado de “irmão” pela classe política portuguesa, revela ambos”, e até adverte contra o facto de que “consciente ou não do facto, Portugal tenta vários mecanismos para amarrar o gigante sul-americano à sua esfera de influência”, ignorando que “o museu da língua portuguesa é hoje em S. Paulo e não em Lisboa” (*Diário de Notícias*, 15-02-09, Rodrigues Tavares). A ignorância da física do poder político é evidente.

Já temos suficientes motivos de inquietação sobre as fragilidades da indispensável ONU, para que esta debilidade de informação sobre o debate interno em relação à língua portuguesa venha inscrever-se nas dificuldades que sobram. Temos necessariamente que meditar sobre “a língua e o conceito estratégico português”, como todos os países que participaram com essa realidade da língua na definição do tecido globalista, mas é inteiramente possível e indispensável, conciliar necessidade com lucidez, e no caso da CPLP

pretendemos que, em pé de igualdade, todos os seus membros participem na salvaguarda desse património, um facto que fortalece as suas diferenças nacionais.

Todos os Estados que participaram no Império Euromundista procuram definir uma fronteira cultural envolvente dos antigos territórios e comunidades, agora, quando são lúcidos, decididos a partir de uma perspectiva de contratualização. Neste processo, a avaliação das componentes do poder efectivo nacional condiciona as formas de intervenção que podem agregar-se à intervenção cultural, podendo esta ser apenas auxiliar das restantes, designadamente da intervenção económica nas suas variadas formas. Nessa avaliação de componentes do seu poder nacional, em função dos objectivos definidos pelos programas de governo, vem reflectida a hierarquia efectiva das potências, e talvez não exija minuciosa demonstração concluir pela importância excepcional da língua no caso da portuguesa, num quadro em que a competição pelas hegemonias, nas antigas áreas do regime colonial, tem todas as grandes potências como actores. Temos sinais de que, no âmbito da CPLP, e não obstante os reduzidos recursos financeiros existentes, a avaliação destes factos ganha consistência. Na minha leitura, o Brasil, como Portugal, está chamado a

liderar o consenso da defesa do nosso património imaterial, a bem do desenvolvimento sustentado de todos, e da reorganização da segurança material.

A reunião, na Assembleia da República, em 2004, dos presidentes das assembleias parlamentares de todos os Estados da CPLP, ficará como referência importante do processo de redefinição do tecido conjuntivo dos países de língua oficial portuguesa, do nosso comum objectivo estratégico, e dos deveres que ultrapassam largamente o acordo ortográfico.

## 2 – O Mar

Que o actual milénio se define como uma época de incerteza, que a debilidade da prospectiva está assumida, que no passado nunca aconteceu tudo, que a definição do futuro é responsabilidade de saberes sempre contestáveis, são componentes da nossa circunstância geralmente assumidos.

Mas não seria apropriado imaginar que a incerteza era menos desafiante quando a Casa de Aviz iniciou a expansão, quando o Infante D. Henrique decidiu chamar o apoio dos saberes do tempo que lhe aconteceu viver, quando conseguiu que o carisma pessoal animasse a decisão de enfrentar o desconhecido. Falando a marinheiros, recordarei que foi por isso que dediquei

um dos meus modestos trabalhos à memória de Bartolomeu Dias, com esta evocação, que repito – *Um marinheiro que morreu tentando.*

De facto, por três vezes embarcou empenhado na tarefa de descobrir o caminho marítimo para a Índia, foi quem dobrou o Cabo da Boa Esperança, por então chamado Cabo das Tormentas, e na terceira viagem perdeu-se no mar salgado pelas lágrimas de Portugal, como séculos depois diria Fernando Pessoa.

Mas nunca desistiu, e certamente não deixou de acreditar que a sua devoção e sacrifício ficariam nos alicerces do projecto que não seria abandonado pelas gerações seguintes. O mesmo sentimento que inspira a divisa da Marinha - *Honrai a Pátria, que a Pátria vos contempla.*

Aconteceu, ao longo dos séculos da história portuguesa, que a determinação, saber, e coragem, nunca deixaram de avaliar, com prudência governativa, o equilíbrio com poderes políticos concorrentes ou mesmo adversários, e por isso a acção diplomática foi sempre essencial, assim como a necessidade de um apoio externo, vista a dimensão relativa do poder político português na comunidade internacional, também nunca foi dispensável, tudo acompanhado pela cautela de evitar intervir nas querelas interiores da cristandade.

A Aliança Inglesa foi a mais permanente das solidariedades, com os custos inerentes à desigualdade dos poderes, até que o fim do Império Euromundista, sem formalmente a pôr em causa, obrigou a outras definições. Tendo conseguido manter a chamada *neutralidade colaborante* na guerra de 1939-1945, sem ter podido evitar o sacrifício de Timor invadido novamente por aliados e japoneses, o apoio à reorganização da segurança do Atlântico Norte, logo que a solidariedade da URSS na guerra foi substituída pelo desafio que deu origem a meio século de guerra fria, foi um imperativo do facto de o mar nos chamar ao grupo de fundadores da NATO, garantia desse mar ocidental, base do projecto de libertar a Europa do Atlântico aos Urais, e de implantar a democracia, os direitos do homem, e o desenvolvimento sustentado, não apenas nesse espaço matricial dos ocidentais, mas com expressão mundial.

Neste caso talvez deve admitir-se que não foi o país que se lançou a longe pelo mar agora bem conhecido, foi a função do mar, na definição do espaço ocidental, que incluiu o país, por imperativo ao mesmo tempo da geografia, da funcionalidade do sistema de aliança estabelecida, e da defesa dos valores matriciais do Ocidente, nos quais está também impressa a marca do passado português que nos chama às responsabilidades pelo futuro. Foi todavia durante



os cinquenta anos da guerra fria que Portugal teve de responder ao doloroso processo de desmobilização do Império Euromundista, na parte que lhe pertenceu gerir até 1974.

Depois desta data, que se foi importante para alterar o curso histórico do país, também o foi para o equilíbrio mundial da Ordem dos Pactos Militares, a pertença à NATO não era resposta suficiente para o apoio externo de que sempre necessitámos, e por isso a adesão à União Europeia foi uma decisão sem alternativa.

Esta decisão ainda obedeceu principalmente a objectivos de desenvolvimento sustentado com adesão aos modelos democráticos, e rejeição da ameaçadora implantação das estruturas do socialismo real: a evolução europeia foi por nós acompanhada, com adesão à crescente estruturação de um modelo final ainda mal definido de unidade política, e com expressão incerta no chamado Tratado de Lisboa (2008), agora em período de reflexão. Uma reflexão que é sobretudo responsabilidade cívica.

Mas, entretanto, a circunstância mundial, no sentido de Ortega, depois de 1989, queda do Muro de Berlim, alterou-se radicalmente em termos de segurança e defesa.

Para tomar curta uma história longa, que certamente foi abordada nos cursos da Academia, a NATO sofreu vários desafios nascidos do processo de mudança da circunstância, entre eles os seguintes: a *europização da Defesa*, uma exigência que teve origem na exigência de distribuir equitativamente os encargos entre os EUA e a União Europeia; a alteração do conceito estratégico, que deixou de referir-se à linha de encontro dos dois Pactos Militares em confronto, para se terem em vista os interesses da NATO em qualquer ponto do mundo; a assunção da legitimidade própria para exercer o direito - dever de intervenção, com lamentável exercício no Kosovo; e sobretudo a deriva para o unilateralismo da administração republicana do Presidente Bush, que levou ao desastre do Iraque, ao agravamento do capital de queixas no Levante, e finalmente ao receio do regresso à *guerra fria* com o programado alargamento da NATO às áreas de influência da Rússia, com expressão na grave crise que explodiu no Cáucaso por causa do desmantelamento da Geórgia.

Tudo isto estando a Europa numa situação de carência de matérias-primas, de energia, de mão-de-obra, de reserva estratégica alimentar, e também desenvolvendo uma política de alargamento sem estudos prévios de *governabilidade*, e de responsabilidade de segurança sem conceito prévio de *fronteiras amigas*. Uma referência que também faltou à NATO na tentativa de admitir antigos satélites sem prestar devida atenção aos interesses da Rússia.

Se acrescentarmos a terrível demonstração do ataque do *fraco ao forte* que o terrorismo global exerce, fazendo do Ocidente o alvo indiviso, por tudo temos de admitir que a histórica natureza exógena de Portugal se acentuou, porque não pode considerar-se alheio a nenhuma das mudanças da circunstância que se desenvolveu ao redor do Ocidente, da NATO, do Atlântico Norte e, acrescento, do Atlântico Sul.

Sobretudo nesta área, convirá não esquecer que o espaço da NATO foi limitado ao Atlântico Norte numa data em que o processo descolonizador ainda não provocara atenção à segurança do Atlântico Sul, porque a multiplicação de soberanias na costa africana não somara os seus interesses aos das soberanias do continente americano, estas nascidas de movimentos de europeus emigrados, e não de nativos. Nesta data, a segurança do Atlântico Sul exige uma definição

articulada com a do Atlântico Norte, onde se espera e vaticina que a moderação regresse ao impulso unilateralista dos EUA, pacificando as divergências que tal unilateralismo causou na União Europeia, permitindo olhar com determinação para a segurança do Mediterrâneo a que a França apela, e ter uma doutrina prudente de fronteiras amigas e governabilidade a leste.

A carência europeia que referi espelha-se com gravidade desigual pelos países da União, e Portugal não é um dos elos mais fortes do sistema. Mas acontece que, pela geografia, e pela definição dos interesses dos Estados e dos grandes espaços em que estão incluídos, Portugal está na articulação da segurança do Atlântico Norte com a segurança do Atlântico Sul, na articulação destas seguranças com a segurança do Mediterrâneo, titular da soberania, em redefinição geral, no território continental e nos Arquipélagos da Madeira e dos Açores, obrigado com os Estados de Língua Portuguesa na CPLP, que tem no Atlântico Sul uma importante e poderosa presença. Tendo presentes as debilidades do Estado Português, é necessário acrescentar o risco de a gestão dos recursos vivos da Zona Económica Exclusiva transitar para a Comissão Europeia.

Tudo ponderado, é certamente possível que uma atitude de desistência ou descaso leve a minimizar a narrativa de heróis do mar que marca a identidade portuguesa: mas o que não pode ser atenuado é o facto de o Mar vir ter com Portugal com exigências às quais ou teremos vontade e capacidade de responder com voz própria, ou a deriva para destinatários das decisões alheias, em que a nossa voz não será escutada, começará a desenhar-se no horizonte. É nestas horas de perplexidade nacional que o exemplo da Dinastia de Aviz e do Infante, o lema da Marinha que manda honrar a Pátria, a coragem em face de uma época de incerteza, o amor ao país e ao seu povo, servem de alicerce à vontade de colocar a inteligência e o saber ao serviço da invenção de novos futuros, informados de que nunca aconteceu tudo no passado, e que é na incerteza que avulta o exemplo de Bartolomeu Dias, um grande marinheiro que morreu tentando, e a cujo esforço o futuro deu razão. É certo que ninguém escolhe o povo e a terra onde lhe aconteceu nascer, e que partir é um direito de ir e andar pelo mundo. Mas a outra decisão, que é um acto de amor, é decidir ficar.